

Leitura, escrita e hábitos de estudo sob a ótica da autonomia freireana

Reading, writing and study habits from the perspective of freirian autonomy

Beatriz Monteiro da Cruz¹
Geovane Macedo da Costa²
Luana Borges Scarpini de Brito³
Rita de Cássia de Souza⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a proposta de uma pedagogia da autonomia de Paulo Freire, articulando-a ao movimento construcionista social que promove uma visão relacional do ser humano. Consideramos, nesse sentido, a autonomia como um processo que pode ser construído de maneira coletiva, dialógica e colaborativa. Elegemos refletir sobre como a escola pode promover hábitos de estudo e práticas de leitura e escrita entre os estudantes, especialmente nas classes populares, visando uma educação crítica, reflexiva sem incentivar o individualismo e a competitividade. Trata-se de um estudo bibliográfico envolvendo essas temáticas e articulando-as à proposta de uma educação libertadora de Paulo Freire e à concepção de seres humanos relacionais e dialógicos.

Palavras-chaves: Autonomia. Paulo Freire. Hábitos de Estudo. Leitura. Escrita.

ABSTRACT

This article's aim is to discuss Paulo Freire's proposal of pedagogy of autonomy, relating this with the Social Constructionism, that has a relational view about human being. We consider the autonomy a process that can be built in a collective, dialogical and collaborative way. We reflected about how the school can promote the development of studies habits of reading and writing with students, especially with students of working classes, aiming a critical and reflexive education and not to promote individualism and competitiveness. This article is a bibliographic study involving this themes, the Paulo Freire's liberating education and the view that human being is a relational and dialogical.

Keywords: Autonomy. Paulo Freire. Studies Habits. Reading. Writing.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação com base na perspectiva freireana pode ser um tanto desafiador ao ter em conta o modo como ela é construída atualmente: com escolas privadas preocupadas, quase que exclusivamente, com resultados em avaliações internas e externas dos estudantes e a

¹ Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa - campus Viçosa (MG). E-mail: beatriz.m.cruz@ufv.br.

² Graduado em Filosofia e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa - campus Viçosa (MG). E-mail: geovane.costa@ufv.br.

³ Graduanda do curso de licenciatura em Letras na Universidade Federal de Viçosa - campus Viçosa (MG). E-mail: luanascarpinib@gmail.com.

⁴ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa - campus Viçosa (MG). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestre em Educação pela UFMG e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ritasouzaufv@gmail.com.

difícil realidade de escolas públicas com problemas de infraestrutura, muitas paralisações e greves devido às precárias condições salariais dos professores e ao fato de muitos estudantes que não veem sentido na escola e em seus conteúdos. Há muitas exceções, mas, em geral, essa tem sido a realidade da educação há muitos anos no Brasil. Nessas condições, ambas as escolas estão longe de promover a emancipação dos educandos, mantendo o *status quo* já existente, o que faz com que os que têm uma condição financeira favorável façam de tudo para se manter nessas condições, temendo que a ampliação do acesso possa constituir uma perda de *status* e direitos adquiridos e com que, nas palavras de Paulo Freire, os oprimidos almejem tornar-se opressores, o que é uma luta individual e não coletiva, que mantém a desigualdade, a exploração e a injustiça. Revisitar as propostas de Paulo Freire para a educação é fundamental para inspirar todos aqueles que visam uma sociedade com mais igualdade de oportunidades.

A educação bancária, um dos conceitos que consideramos mais importante cunhado por Paulo Freire (1964/2013) tem um potencial muito significativo para expressar o que a escola, por muito tempo, considera como sua principal atividade: transmitir conhecimentos entre gerações, tornando os alunos depósitos de conhecimento. Desde o movimento escolanovista, no início do século XX, a nascente psicologia já insistia em dizer que o aprendizado deveria ser ativo e os estudantes construtores de conhecimentos (LOURENÇO FILHO, 1930), o que se consolidou cientificamente nas pesquisas de Jean Piaget (1958;1979). Mas a concepção de Paulo Freire vai muito além disso. Freire percebeu o quanto a escola desconsidera os saberes trazidos pelos estudantes, considerando-o uma tabula rasa. Esse processo é muito mais intenso em estudantes de classes populares, cujos saberes tendem a ser desqualificados pela escola. Portanto, a educação bancária leva o estudante de classe popular a desconfiar e a desconsiderar o que ele, sua família e a comunidade sabem, considerando que os saberes escolares, que também são os saberes dominantes, oficiais e de uma elite, são os únicos que importam e têm valor. Trata-se, desde o início, de uma forma de opressão que leva a que alguns estudantes - aqueles cujos saberes familiares já se aproximam dos saberes escolares - tenham uma vida escolar muito mais facilitada e os outros, além de terem de aprender conteúdos pouco ressonantes com a sua vida pessoal, passem a deslegitimar seus saberes, considerando que são os outros que detêm o conhecimento (SOARES, 1997).

A educação bancária, subordinada aos interesses do capital, reforça a ideia de uma formação com finalidade pura e simplesmente para o ingresso no mercado de trabalho: “homens espectadores e não recriadores do mundo” (1987, p. 70). Esta situação reforça a contradição entre oprimido e opressor e não permite a conscientização dos oprimidos sobre esse sistema de opressão e nem lhes permite lutar contra ela. Paulo Freire não apenas critica a educação bancária, mas propõe uma educação libertadora, que estimula a criticidade e a autonomia dos educandos, valorizando seus processos de aprendizagem (FREIRE, 1967).

Neste artigo, pretendemos refletir a construção da autonomia dos estudantes a partir de práticas rotineiras na escola, como a leitura e a escrita, as quais envolvem todas as áreas de conhecimento para além do ensino de língua portuguesa; bem como para o desenvolvimento de hábitos de estudos, pois, a partir deles, os estudantes podem se engajar no processo de ensino-aprendizagem e construir sua autonomia nos estudos e na aprendizagem. É preciso aqui que pensemos nesses processos não de maneira individual, mas em um contexto coletivo, o da sala de aula, envolvendo principalmente as práticas dos educadores, e em como eles podem construir espaços de leitura de hábitos de estudos que não reforcem o individualismo e a competitividade, mas que favoreçam a formação de estudantes mais autônomos, conscientes das realidades histórico-sociais nas quais estão inseridos e agentes de transformação delas. Defendemos aqui que a leitura e a escrita, bem como o desenvolvimento hábitos de estudo podem ser fundamentais na promoção de uma educação libertadora.

A problemática que envolve este trabalho se expressa na seguinte pergunta: como construir e refletir sobre práticas de leitura, escrita e hábitos de estudos na perspectiva da

autonomia freireana? Acreditamos, inicialmente, que a falta de autonomia na educação compromete o desenvolvimento dos hábitos de estudos e das práticas de leitura e escrita, práticas importantes para o processo de ensino-aprendizagem de todos os conteúdos levados para escola. Além disso, num movimento reverso, as práticas de leitura e de escrita e o desenvolvimento de hábitos de estudos podem ser mecanismos para construção de autonomia.

O presente trabalho objetivou explorar a hipótese apresentada acima - sobre as possíveis relações existentes entre a autonomia freireana, a prática de leitura e de escrita na escola e o desenvolvimento de hábitos de estudos dos educandos. Para isso, utilizamos, como metodologia, o estudo e a discussão teórica a respeito da proposta de autonomia trazida por Paulo Freire, relacionando-a ao desenvolvimento de hábitos de estudo e aos processos de leitura e escrita, conforme os referenciais teóricos apresentados.

Neste artigo, tratamos inicialmente sobre a ideia de autonomia, baseando-nos não somente em Freire, mas também nos pressupostos do Construcionismo Social. Adiante tratamos sobre os hábitos de estudo, leitura e escrita, conceituando-os e discutindo como eles podem favorecer ou não o desenvolvimento da autonomia na escola, especialmente a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*, um marco dos anos finais da vida de Paulo Freire (1996/2021).

2 A AUTONOMIA A PARTIR DE FREIRE E DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

A contribuição da *Pedagogia da Autonomia* está exatamente na retomada de assuntos já discutidos por Freire, sobretudo no que diz respeito à formação como algo para além do “puro treino do educando no desempenho de destrezas” e na obstinação da “malvadeza neoliberal”, do “cinismo de sua ideologia fatalista e sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (FREIRE, 2021, p. 9). Nesse sentido, temos uma proposta humanizadora do professor como norteador do processo socioeducativo, através de uma consciência crítica que resulte na autonomia do educando, como ser emancipado em relação à manipulação política.

A temática central dessa obra gira em torno da questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia dos educandos. Freire estava preocupado com as experiências e os novos métodos que buscavam valorizar a curiosidade dos educandos e educadores, de modo a solapar a rigidez ética, fruto dos interesses capitalistas e de um modelo neoliberal de educação do final do século XX, que deixa à margem do processo de socialização, sobretudo, os menos favorecidos.

Em um primeiro momento, Freire aponta as demandas do ato de ensinar que, para ele, exige o reconhecimento de uma dialógica entre docência e discência, já que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (2021, p. 13). Desse modo, ensinar é um ato que exige rigorosidade metódica, no sentido de criar condições para uma aprendizagem. A pesquisa é necessária ao ensino, ao passo que faz parte da prática docente a indagação, a busca. Nesse processo, é, ainda, fundamental o respeito aos saberes dos educandos: “Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 2021, p. 17). Em concordância, ensinar exige criticidade, indagação inquieta e não conformidade a uma realidade de injustiça social. A corporeificação das palavras faz parte do ato de ensinar, configurando-se como uma busca incessante por segurança na argumentação. Ademais, trata-se de um processo de risco e aceitação do novo, reflexão crítica sobre o que se faz, no sentido de melhorar a própria prática.

Para Paulo Freire, a criação de possibilidades no processo educativo amplia horizontes ao formar a consciência de nosso inacabamento como educandos e educadores, reconhecimento de sermos condicionados, inconclusos. Por isso, é de fundamental importância respeitar a autonomia do ser do educando, criando um contexto de prática da humildade, da tolerância e da luta em defesa dos próprios direitos. Nesse sentido, é preciso resgatar a simplicidade, o

humanismo, a ética e a esperança, de modo a romper com o *status quo* de um sistema marcado pela não valorização da autonomia do educando. Nesse sentido, ao se utilizar metodologias na prática de leitura e de escrita em sala de aula, que incentivem a busca por conhecimento, valorizando a curiosidade e a indagação, contribui-se também para o desenvolvimento da autonomia e, assim, de modo correlacionado, para o desenvolvimento dos hábitos de estudos dos educandos.

É importante demarcar de que autonomia estamos falando. No dicionário, esse termo significa “competência para gerir sua própria vida, fazendo uso de seus próprios meios, vontades ou princípios”⁵. Já no campo da filosofia, o filósofo prussiano, Immanuel Kant, define autonomia em virtude de um processo pelo qual “todo ser racional deve considerar-se como fundador de uma legislação universal por meio de todas as máximas de sua vontade, de sorte que possa julgar-se a si mesmo e as suas ações sob este ponto de vista” (KANT, 1964, p. 31). O filósofo está preocupado com o imperativo categórico: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal” (*ibidem*, p. 18).

Utilizamo-nos também da perspectiva Construcionista Social⁶ e, de modo especial, da concepção de autonomia proposta por Kenneth Gergen⁷, ao defender os seres humanos como seres relacionais, constituídos nas relações, convidando-nos a questionar a concepção generalizada de indivíduos independentes e desconectados tanto do seu contexto social, quanto de seus pares. Dessa maneira, temos modos de entender a liberdade e a autonomia do ser humano, de maneira menos individualista e competitiva como se faz na sociedade neoliberal. Acreditamos que o construcionismo social pode ser articulado à proposta de Paulo Freire para a educação, ao mudar a percepção do ser humano de um modelo egocêntrico e autocentrado para uma perspectiva relacional.

Nesse sentido, o Construcionismo Social é um convite para abandonarmos uma perspectiva individualista em que supervalorizamos os sujeitos em detrimento de uma visão coletiva e colaborativa para uma visão do outro como constituinte da nossa própria existência. De acordo com Edward Sampson, “a celebração do outro está no coração da vida e das experiências humanas” (2008, p. 109, tradução nossa), afinal os seres humanos se constituem uns aos outros num processo coletivo de construção.

Nesse processo coletivo e colaborativo de construção humana, Paulo Freire considera que “Ninguém tem liberdade para ser livre. [...] A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (FREIRE, 2013, p. 37). Da mesma forma, podemos considerar que a autonomia também é uma conquista, um processo ativo de busca que deve iniciar na educação básica e defendemos que o desenvolvimento de hábitos de estudo e de boas práticas de leitura e escrita são fatores de enorme importância para uma educação que promova autonomia e favoreça a construção de uma educação libertadora. Tendo em vista esse referencial básico que nos inspirou na produção deste trabalho, discutimos agora de que maneira consideramos que os hábitos de estudo e as práticas de leitura e escrita se articulam à proposta de uma pedagogia para a autonomia e a liberdade.

⁵ AUTONOMIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autonomia/>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁶ Para maior conhecimento do movimento ou perspectiva Construcionista Social, sugerimos o livro: GERGEN, Kenneth; GERGEN, Mary. **Construcionismo social**: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

⁷ O psicólogo Kenneth Gergen é professor emérito da Universidade de Swarthmore (EUA) e é considerado um dos grandes expoentes do Construcionismo Social.

3 A PROMOÇÃO DE HÁBITOS DE ESTUDO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA E COLETIVA DE AUTONOMIA

De acordo com o dicionário *online* de português, o verbo *estudar* significa buscar adquirir conhecimento sobre algo, preparar-se para alguma coisa⁸. Quando se pensa nos hábitos de uma maneira mais geral, Bastos e Keller (1997) os definem como atitudes que possibilitam que uma ação seja mais fácil, uma vez que, com eles, as ações tornam-se praticamente automáticas. Quando esses dois conceitos se juntam na expressão hábitos de estudos, sua definição se altera, uma vez que o hábito de estudar pode ser considerado como um conjunto de ações contínuas e conscientes empregadas pelos estudantes, a fim de alcançarem a aprendizagem.

Para que ocorra a aprendizagem, é preciso, entre outros fatores, que os educandos desenvolvam a autonomia para estudar e conheçam as maneiras pelas quais eles aprendem. Ao tornar o ato de estudar um hábito, o aluno desenvolve uma série de processos ligados à autodisciplina, organização pessoal e motivação.

Como atitudes que acabam por se tornar automáticas, os hábitos muitas vezes se fazem presentes sem que sejam, entretanto, percebidos por quem os realiza. Não consideramos que os hábitos de estudo sejam inatos, e mesmo que ocorram sem uma intervenção consciente e direta dos educadores, defendemos que é fundamental que os educadores, comprometidos com uma educação libertária e transformadora, promovam atividades que visem promover a construção desses hábitos entre os estudantes, especialmente nas classes populares, a fim de que eles consigam “[...] promover uma utilização adequada e eficaz desse tempo de estudo, funcionando como instrumento de autorregulação, autocontrole próprio da planificação dos estudos.” (CARVALHO, 2012, p. 26). Isso significa conhecer a realidade dos estudantes, suas condições de estudo que envolvem muitas vezes, outras atividades extra escolares como trabalhos formais e informais e, portanto, um tempo mais reduzido de dedicação aos estudos, bem como a falta possível de um ambiente de estudos em casa. Esses fatores não são, de forma alguma, impeditivos para a criação de hábitos de estudo, mas devem ser considerados de tal forma que seja possível criar esses hábitos entre todos os estudantes e não apenas entre aqueles que já possuem condições favoráveis para o estabelecimento destes. Além disso, é muito útil que se pense em maneiras colaborativas de que os estudantes possam auxiliar uns aos outros em suas próprias experiências na criação e manutenção desses hábitos.

A promoção de uma educação libertadora que estimule e vise desenvolver a autonomia dos alunos não significa, necessariamente, competitividade e individualismo. Defendemos que é possível uma promoção coletiva desta autonomia. A própria análise de que os estudantes não têm as mesmas possibilidades de dedicação aos estudos pode se transformar num conteúdo de análise da realidade social em que estão inseridos, problematizando as desigualdades sociais e, mais do que isso, construindo maneiras coletivas de minimizar e enfrentar a realidade que os exclui ou dificulta o acesso aos conhecimentos escolares e oportunidade de estudarem, percebendo-se como sujeitos no mundo, sendo capazes de mudar esta realidade, e compreendendo que sofrem por condicionamentos e não por determinações e que essa realidade pode ser alterada, pois nada de fato é, mas tudo está sendo (FREIRE, 2021).

Os hábitos de estudo se ligam fortemente a processos de autonomia, autorregulação da aprendizagem⁹ e sua visão, dentro de uma perspectiva crítica e libertadora, pode levar os

⁸ ESTUDAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/estudar/>>. Acesso em: 31 maio 2021

⁹ A autorregulação da aprendizagem refere-se ao processo do próprio aluno controlar sua aprendizagem, sabendo o que precisa ser feito, como e quando, bem como se planejar e se auto monitorar para que consiga alcançar seus objetivos de aprendizagem e chegar ao sucesso (JOLY; DIAS; ALMEIDA; FRANCO, 2012).

estudantes a refletir sobre sua própria condição de alunos, favorecendo uma relação dialógica destes com os professores e com a sociedade, como seres críticos e sujeitos de transformação (FREIRE, 2013).

É preciso, de acordo com Luiz Gustavo Lima Freire (2009), que a escola contribua para o desenvolvimento da autonomia de seus educandos, utilizando-se, para isso, práticas educativas baseadas no diálogo, em que os alunos sejam encorajados a construir os conhecimentos, assumindo um papel mais ativo no processo de aprendizagem, ao que acrescentamos, analisando suas condições de vida e estudos e construindo, de forma consciente e crítica, hábitos de estudo adequados às suas condições sociais, promovendo uma autonomia coletiva, de busca por uma transformação social.

Além dessa forma colaborativa e transformadora de se pensar os hábitos de estudo para uma emancipação coletiva, discutiremos também o quanto a prática da leitura e da escrita, tão cotidianas no espaço escolar, também podem ser construídas de forma a promover uma educação libertadora.

4 A LEITURA E A ESCRITA NO CONTEXTO ESCOLAR PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

O processo de leitura, de acordo com Kleiman (2002), é interativo porque envolve diversos conhecimentos linguístico, textual e de mundo, os quais fazem parte dos conhecimentos prévios dos leitores, adquiridos ao longo da vida. A compreensão de um texto, então, é amparada no uso deles. A leitura em contexto escolar, portanto, deve mobilizar esses conhecimentos, a fim de permitir construções de sentido diferentes e que proporcionem um maior aproveitamento dos textos utilizados, permitindo, inclusive, as práticas do debate e da exposição de ideias em grupo. Essas práticas permitem a corporeificação das palavras e a busca por segurança na argumentação, as quais são apontadas por Freire (2021) como fundamentais para o ensinar.

“A leitura de mundo precede a leitura de palavra” (FREIRE, 1989, p. 9). A leitura de textos escolares deve, portanto, articular aos saberes já trazidos pelos educandos, como bem sugere Freire (2021), promovendo a união entre os conteúdos curriculares e os diversos e ricos conhecimentos dos estudantes, construídos por meio de suas experiências com o mundo. Ademais, com a circulação, em espaço escolar, dos saberes de fora dele, os estudantes são incluídos no processo de aprendizagem, fazendo cumprir as palavras de Freire (2021) sobre não existir docência sem discência. Afinal, com seu conhecimento prévio sendo valorizado, criam-se mais possibilidades de o discente assumir um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem, articulando sua história de vida e suas experiências ao mundo escolar.

Apesar da expansão da escolaridade no Brasil, infelizmente as práticas de leitura e escrita não se ampliam muito para além dos muros da escola. De acordo com a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, de 2019¹⁰, ocorreu uma queda de 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019. Os fatores envolvidos são muitos, entre os quais podemos supor a ampliação do uso de *smartphones* que ocupa boa parte do tempo livre das pessoas, em todas as classes sociais e, especialmente, entre os mais jovens. Sendo assim, é ainda mais importante que a escola se envolva, de maneira consciente e ativa, na promoção de espaços de leitura e escrita entre os estudantes. No entanto, uma leitura e escrita desconectadas da realidade dos estudantes não fazem mais do que repetir uma educação bancária e opressora.

¹⁰ ABE, S. K. *Retratos da leitura no Brasil*: por que estamos perdendo leitores. In: Portal CENPEC Educação - Tema: Leitura e escrita. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/retratos-da-leitura-no-brasil-por-que-estamos-perdendo-leitores>. Acesso em: 15 jun. 2021

Acreditamos que, para que estes aprendizados sejam significativos, especialmente para estudantes de classes populares, é fundamental que os estudantes construam sentidos, de maneira pessoal e coletiva, com os conteúdos escolares e sua vida e realidade. Além do uso de materiais que se conectem ao contexto em que vivem os estudantes, estimulá-los a fazer questionamentos aos textos pode incentivar a curiosidade, a busca por conhecimentos outros, a questionarem o que é dado como verdade absoluta e buscarem compreender por quem e como os textos são produzidos e a partir de que interesses. Acreditamos que essa forma de ensino da leitura e da escrita na escola favorece a formação de uma perspectiva crítica e a emancipação do aluno-leitor.

Ainda no que concerne ao ato de ler, é fundamental que esteja claro, para educadores e educandos, o objetivo daquela atividade: “[...] a leitura com objetivos bem definidos permitirá lembrar mais e melhor aquilo lido” (KLEIMAN, 2002, p. 34), o que faz parte de uma estratégia metacognitiva, na qual o leitor tem controle e reflexão sob seu próprio conhecimento. Além disso, “Os objetivos são também importantes para um outro aspecto da atividade do leitor que contribui para a compreensão: a *formulação de hipóteses*” (KLEIMAN, 2002, p. 35). Desse modo, o leitor pode ir além do texto, ampliando os seus sentidos e interpretações.

É fundamental compreender que “quando chega à escola, no ensino fundamental, o estudante possui um determinado nível de competência para se comunicar e para interagir em sociedade, fato que reforça a ideia de que ele sabe português” (OLIVEIRA, 2014), reforçando a ideia de que os alunos já trazem conhecimentos úteis e que devem ser valorizados pelo universo escolar. Tornar o estudante ativo no processo de ler, por exemplo, incentivando o ato de fazer perguntas, é importante para construção de um olhar crítico do estudante e de um pensamento autônomo, afinal “é profundamente democrático começar a aprender a perguntar” (FREIRE, 1998, p. 24). Por isso, defendemos um processo ativo de leitura, de maneira coletiva e colaborativa, incentivando a participação dos estudantes nas discussões e a problematização dessas segundo a sua realidade e seu contexto.

Para fazer perguntas ao texto ou até mesmo participar de um debate sobre a leitura de um texto, é importante que os estudantes possam falar. Ferrarezi (2014) aponta que “nossas escolas são estranhamente silenciosas” (FERRAREZI, 2014, p. 11) e fala de uma pedagogia do silenciamento, na qual há “um silêncio academicamente ensinado, escolasticamente repetido, metodologicamente desenvolvido, totalmente proliferado, infelizmente acalentado” (FERRAREZI, 2014, p. 12). Ler oralmente e coletivamente em classe rompe o silêncio sacralizado na escola e promove a participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, visto que o texto oral

ouvido pelos interlocutores requer dos locutores a realização integral de todas as dimensões da comunicação de uma única vez, isto é, exige uma resposta em tempo real, uma capacidade de prever, de antever, de construir, de coconstruir um texto, enquanto unidade de sentido, que atinja os objetivos de uma comunicação específica. Daí a importância de ensinar os gêneros orais, de modo que se tornem megainstrumentos em prol de um maior poder de agir dos indivíduos nas diferentes interações (JACOB; DIOLINA; BUENO; 2020, p. 4).

A leitura oral é um processo coletivo, envolve falar e escutar, especialmente se vier seguida de uma discussão sobre o assunto, o que também favorece leitores menos desenvoltos, promovendo uma construção conjunta de sentidos.

No processo de escrita, também é importante estabelecer objetivos e começar com o planejamento, que, por sua vez, envolve o estabelecimento de finalidades. O que se vai escrever está diretamente relacionado ao para quem e com que objetivo. De acordo com Koch (1990), a construção de cada texto envolve situacionalidade, coerência, coesão, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Assim, ao escrever algo, o autor de um

texto deve saber em qual situação contextual escreve, se o público irá aceitar e ter em conta sua intencionalidade. Desse modo, é importante buscar uma competência comunicacional dos educandos, buscando, também, o desenvolvimento de sua autonomia, de práticas dialógicas e de adequação a diversos contextos de comunicação.

Consideramos que uma educação transformadora, dialógica e libertadora pode se beneficiar muito da construção de textos coletivos, já que também, dessa forma, os estudantes podem pensar juntos sobre o que querem comunicar, a quem e de que forma vão comunicar suas ideias. Se um texto comunica algo, não faz sentido que ele seja feito apenas para uma avaliação escolar, receba uma nota e nunca mais seja lido ou vá para a lixeira. Quanto mais os textos produzidos pelos estudantes tornam-se, de fato, lidos por outras pessoas, mais sentido eles vão dar às ideias que comunicam e à maneira de expressá-las.

Numa perspectiva construcionista social de compreensão humana, partimos do princípio de que, mesmo uma escrita pessoal, que nunca será colocada a público, envolve a participação de outras pessoas. Se alguém escreve, utiliza a linguagem construída por outras pessoas, ideias que ouviu e também pode estar tentando responder a situações e pessoas que atravessaram a sua vida e que constituem o seu processo íntimo de escrita. Sendo assim, é possível que a escrita pessoal se constitua como um processo de autoconhecimento e organização do próprio mundo. Por outro lado, na escola, para conhecer a capacidade de escrita dos estudantes, é fundamental que outros, pelo menos o professor, acesse a sua produção textual. Defendemos aqui que, quanto menos essa escrita tiver por objetivo exclusivo uma avaliação escolar e quanto mais for uma forma de os estudantes exporem suas ideias, com um objetivo de se expressar e serem ouvidos e considerados pelos demais, mais sentido terá esta produção textual e mais tornará o estudante um sujeito ativo, com compromisso e responsabilidade ao assumir o que fala e escreve.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscamos articular a proposta de uma pedagogia da autonomia de Paulo Freire à concepção de ser relacional, coletivo, colaborativo e dialógico do movimento construcionista social. Para isso, optamos por abordar os hábitos de estudo e as práticas de leitura e escrita, consideramos que, numa perspectiva não bancária, mas libertadora, estas podem ser fundamentais para a construção de sujeitos críticos, autônomos e transformadores da própria realidade.

Assim, o desenvolvimento dos hábitos de estudo e dos processos de leitura e escrita na escola ligam-se fortemente à ideia de educação defendida por Freire, que valoriza a autonomia, os conhecimentos prévios dos alunos e a criticidade frente ao mundo. Estudantes de classe popular também podem transformar o ato de estudar em um hábito, desenvolvendo processos ligados à sua própria aprendizagem, refletindo sobre suas condições de vida e de aprendizagem e organizando-se nesse contexto. O aluno passa a entender como aprende, quais estratégias são ou não funcionais a ele e como pode utilizá-las ao seu favor. Defendemos que isso não se faça numa perspectiva competitiva e individualista, mas que é possível e necessário transformar a construção de hábitos de estudo em um processo colaborativo, que vise à emancipação coletiva e social.

Tão comuns nas salas de aula, também buscamos refletir de que forma as práticas de leitura e de escrita podem acontecer de modo a colaborar para a construção de maior autonomia e criticidade entre os estudantes, promovendo a fala, a dúvida, o questionamento, a construção conjunta de sentido sobre os textos escolares e sua articulação com a realidade em que vivem. Dessa forma, falamos aqui não de uma leitura pronta oferecida pelo professor, mas sim de uma leitura conjunta, coletiva e que promova o debate e as perguntas. Além disso, a escrita também pode cooperar para o desenvolvimento da autonomia à medida que ocorre se discutindo um

planejamento textual de acordo com o contexto de comunicação. Todo texto tem uma razão de ser, um destinatário - que pode ser si próprio - e formas específicas de comunicar as ideias. Acreditamos que textos coletivos que se tornem públicos favorecem a produção de sentidos sobre a escrita escolar e favorecem os estudantes a perceberem como podem se comunicar e ter suas opiniões e ideias ouvidas pelos outros.

Partimos do princípio de que estas práticas podem favorecer a construção de uma autonomia coletiva, estimulando a reflexividade, a criticidade e a dialogicidade no ambiente escolar, promovendo uma educação libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, colaborativa e justa.

REFERÊNCIAS

- ABE, S. K. *Retratos da leitura no Brasil: por que estamos perdendo leitores*. In: Portal CENPEC Educação - Tema: Leitura e escrita. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/retratos-da-leitura-no-brasil-por-que-estamos-perdendo-leitores>. Acesso em: 15 jun. 2021
- AUTONOMIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autonomia/>. Acesso em: 14 maio 2021.
- BASTOS, C. L.; KELLER, V. *Aprendendo a aprender: Uma introdução à metodologia científica*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- CARVALHO, P. da S. *Hábitos de estudo e sua influência no rendimento escolar*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2012. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3572/3/DM_PatriciaCarvalho.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- CASTRO, J. X. de; MIRANDA, G. J.; LEAL, Edvalda Araújo. Estratégias de aprendizagem de estudantes motivados. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 80-97 jan./abr. de 2016. Disponível em: (PDF) Estratégias de Aprendizagem dos Estudantes Motivados (researchgate.net). Acesso em: 20 abr. 2021.
- ESTUDAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estudar/>. Acesso em: 31 maio 2021.
- FERRAREZI JÚNIOR, C. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- FONSÊCA, P. N. da; ANDRADE, P. O. de; SANTOS, J. L. F. dos; CUNHA, J. E. M.; ALBUQUERQUE, J. H. de A. Hábitos de estudo e estilos parentais: estudo correlacional. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. SP. v. 18, n. 2, maio/ago. 2014, p. 337-345. Disponível em: 1413-8557-pee-18-02-0337.pdf(scielo.br). Acesso em: 20 abr. 2021.
- FREIRE, L. G. L. Autorregulação da aprendizagem. *Ciências & Cognição*, 2009; v. 14, n. 2, p. 276-286. Publicado *on-line* em: 31 jul. 2009. Disponível em: m318358 (cienciasecognicao.org). Acesso em: 20 abr. 2021.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da pergunta*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Educação e Comunicação, v. 15).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. (Recurso digital).

GERGEN, K.; GERGEN, M. *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GERGEN, Keneth J. Disponível em: https://ao.jejakjabar.com/wiki/Kenneth_J._Gergen . Acesso em: 25 jun. 2021.

JACOB, A. E.; DIOLINA, K.; BUENO, L. Os gêneros orais na penúltima versão da Base Nacional Comum Curricular: implicações para o ensino. *Revista Horizontes*, v. 36, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/hor.../article/view/585>. Acesso em: 15 jun. 2021.

JOLY, M. C. R. A.; DIAS, A. S.; ALMEIDA, L. S.; FRANCO, A. *Autorregulação na universidade*. II Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”. Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 1020-1028. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/20129/1/Autorregula%20na%20universidade.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução e notas de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.

KLEIMAN, A. *Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, I. G. V. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

LOURENÇO FILHO M.B. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930

OLIVEIRA, L. A. *Coisas que todo professor de português precisa saber*. São Paulo: Parábola, 2014.

PIAGET, J. *A Psicologia da Inteligência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

PIAGET, J. *Aprendizagem e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

SAMPSON, E. E. *Celebration the other: a dialogic account of human nature*. Ohio, USA: Taos Institute Publication, 2008. Chapter 7, p. 97-109

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, R. de C de. Uma análise construcionista social da liberdade na educação.
Horizontes, v. 38, n. 1, 4 jul. 2020. Disponível em:
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/760>. Acesso em: 19 fev. 2021.